

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

Edição nº 1795

### Nesta edição:

#### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....3

Concursos Públicos.....4

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5



## PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

### PROVIMENTO Nº 105/2015

Declara hóspede oficial do Estado e dá outras providências.

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

**RESOLVE** editar o seguinte Provimento:

**Art. 1º** É declarado hóspede oficial do Estado, nos dias 1º e 02 de dezembro de 2015, o Dr. Fernando Augusto Chacha de Rezende, Juiz de Direito da comarca de Serranópolis/Goiás, que participará de evento organizado pelo grupo de trabalho criado com o objetivo de compatibilizar os direitos das pessoas privadas de liberdade com a proteção integral da criança e do adolescente, filhos de pais privados de liberdade no Estado do Rio Grande do Sul, oportunidade em que apresentará o projeto “Amparando Filhos – Transformando realidades com a Comunidade Solidária”.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à passagem aérea, passagem terrestre, hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

**Art. 3º** Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral do Ministério Público.

### ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2015

Altera a Ordem de Serviço nº 01/2015, que dispõe sobre horas extraordinárias no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça.

**A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar o ressarcimen-

to das despesas de alimentação decorrentes de trabalho extraordinário,

**RESOLVE** editar a seguinte Ordem de Serviço:

**Art. 1º** Acrescenta o § 2º ao art. 4º, renumerando o atual parágrafo único como § 1º, na Ordem de Serviço nº 01/2015, com a seguinte redação:

“Art. 4º ....

....

§ 2º Quando o serviço extraordinário for prestado aos sábados, domingos ou feriados, excedendo a 4 (quatro) horas diárias, poderá ser efetuado o ressarcimento das despesas comprovadas com alimentação, até o limite do valor do Auxílio-Refeição.”

**Art. 2º** Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 02 de outubro de 2015.

**ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,

Diretor-Geral.

## SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

### BOLETIM N.º 569/2015

**A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

#### EXONERAR

- a pedido, a contar de 18 de novembro de 2015, a servidora LUIZA STENZEL SANSEVERINO, ID n.º 3823660, do Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 4163/2015).

#### DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor PETERSON MARTINS CORRÊA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3451690, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Bom Jesus, uma vez por semana, a contar de 17 de novembro de 2015, até ulterior deliberação (Port. 4184/2015).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

**ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI**,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico do  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1795

**Súmula do Termo de Convênio**  
**Processo pr.01075. 07090/2010-9**

**PARTES:** O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Centro Universitário La Salle- UNILASALLE, CNPJ nº 92.741.990/0040-43; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2015; Ana Cristina Cusin Petrucci, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Vera Lúcia Ramirez, Pró-Reitora.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**PROCESSO N.º 2090-09.00/15-0**  
**COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 89/215**

**CONTRATADA:** THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, nos elevadores instalados no prédio do Ministério Público Estadual de Caxias do Sul/RS; **VALOR MENSAL:** R\$ 1.053,15; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.39/3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Estadual nº 13.179/2009 e Federal nº 8.666/1993.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**APOSTILA**  
**PROCESSO N.º 002520-09.00/13-2**

**CONTRATADA:** DE BASE OBRAS E SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** apostilamento do Contrato de Obra e Serviços de Engenharia – AJDG n.º 118/13, que tem como objeto a ampliação, reforma e manutenção do prédio sede desta Instituição na cidade de Santa Rosa/RS, **VALOR DO REAJUSTE:** R\$ 16.365,79, **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusula sexta, item 6.8.1, do ajuste.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**Aviso de Abertura de Licitação**

**Tomada de Preços n.º 08/2015** (Processo n.º 2502-09.00/15-0) **Tipo:** Menor Preço (Global). **Objeto:** Contratação de empresa especializada para atualização dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI's, com aprovação no Corpo de Bombeiros, em 12 (doze) sedes do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações constantes nos Anexos do Edital. **Preço orçado:** R\$ 176.771,70. **Data e horário de abertura:** 04/12/2015, às 10 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** <http://www.mprs.mp.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, [cplic@mprs.mp.br](mailto:cplic@mprs.mp.br). **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

**LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL**,  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico n.º 68/2015** (Processo nº 2436-09.00/15-9). A Procuradoria-Geral de Justiça, por intermédio de seu Pregoeiro, **TORNA PÚBLICA** a suspensão da abertura do presente certame, em razão de solicitação da área técnica, considerando a necessidade de reavaliação do quantitativo de equipamentos, diante da iminente implantação de processo eletrônico na instituição. O prosseguimento desta licitação será oportunamente divulgado, na forma da Lei.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 17 de novembro de 2015.

**LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL**,  
Pregoeiro.



**PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ENGENHARIA CIVIL**

**RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**EDITAL 315/2015**

O Coordenador da Divisão de Arquitetura e Engenharia, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE** :

**I – TORNAR PÚBLICO e HOMOLOGAR** o resultado final do processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de ENGENHARIA CIVIL para atuarem junto à Divisão de Arquitetura e Engenharia.

**RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL**

<b>Classificação</b>	<b>Nome do Candidato</b>	<b>Nº Inscrição</b>	<b>Nota Final</b>	<b>Desempate</b>	<b>Turno de estágio a que concorre</b>
1	Augusto Weschenfelder Weber	11	9,0		Tarde
2	Marcelo Couto	8	8,5		Manhã
3	Débora Pons Fiorentin	9	8,4		Manhã e Tarde
4	Marcos Ramos Franzen	13	8,3		Manhã e Tarde
5	Lilian Madeira de Moura	10	7,2		Tarde
6	Diego Souza Pinto	6	6,9	01/10/1978	Manhã e Tarde
7	Thiago de Souza Massa Decio	3	6,9	22/03/1983	Manhã e Tarde
8	Vanessa Ries	14	6,2		Tarde
9	Rodrigo de Oliveira Pires	2	6,0		Tarde
10	Mateus Sebrao Lopes	5	5,7		Manhã e Tarde
11	Mateus Bastos da Silveira	7	5,5	15/01/1989	Tarde
12	Matheus Pereira Branco	12	5,5	28/04/1995	Manhã e Tarde
13	Juliano Farina da Silva	1	5,5	22/11/1995	Tarde
AUSENTE	Artur dos Santos Vendruscolo	4	*		Manhã e Tarde
AUSENTE	Carolina Marques dos Santos	15	*		Manhã e Tarde

Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

**HUGO GINO PASQUINI,**  
Coordenador da Divisão de Arquitetura e Engenharia,  
Responsável pelo Processo Seletivo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR BACHAREL EM HISTÓRIA – CLASSE “R”**,  
DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EDITAL Nº 363/2015**

**RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAIS**  
**HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO**

**TORNO PÚBLICO** que a Comissão do Concurso para o cargo de **ASSESSOR BACHAREL EM HISTÓRIA – CLASSE “R”**, a que se refere o Edital nº 044/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 04 de março de 2015, **RESOLVE**:

- I. **INFORMAR** que não foram interpostos recursos contra o Resultado e Classificação Provisórios do Concurso;
- II. **TORNAR DEFINITIVO** o Resultado e Classificação Provisórios do Concurso divulgados no Anexo II do Edital nº 344/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público no dia 29 de outubro de 2015.
- III. **HOMOLOGAR** o Resultado Final do Concurso Público para o provimento do cargo de **ASSESSOR BACHAREL EM HISTÓRIA – CLASSE “R”**, nos termos dos Capítulos XIII e XIV do Edital nº 044/2015.
- IV. **TORNAR PÚBLICO**, ainda, a abertura de prazo de 3 (três) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de novembro de 2015.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Procurador-Geral de Justiça.  
Presidente da Comissão do Concurso.

---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM N.º 59/2015**

**O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00915.00036/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí com a finalidade de averiguar a Manutenção de cargos temporários já declarados inconstitucionais. Investigado: Município De Imbé. Local do Fato: Tramandaí.

**O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00113/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar a prática do delito de poluição sonora decorrente do uso nocivo do imóvel localizado à Rua General Vitorino, nº302, Centro, nesta Cidade, praticado por Restaurante Capri, Alegrete/RS Investigado: Restaurante Capri. Local do Fato: Alegrete.

IC 00928.00039/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a falta de PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios por parte do CTG Herança Farroupilha, situado em Linha Henrique D'ávila, Vera Cruz-RS. Investigado: Ctg Herança Farroupilha.



# Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1795

Local do Fato: Vera Cruz.

IC 00928.00040/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a falta de PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios por parte do Centro Cultural e Recreativo Cipriano, situado em Linha Faxinal de Dentro, Vale do Sol-RS. Investigado: Centro Cultural Recreativo Cipriano. Local do Fato: Vale do Sol.

**O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00763.00065/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Erechim por Karina Albuquerque Denicol - 2º Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Erechim com a finalidade de Investigar a prática de irregularidades sanitárias por Maria Fátima Nunes Kellm, de Erechim. Investigado: Maria Fátima Nunes Kellm. Local do Fato: Erechim.

IC 00820.00214/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de OBJETO: Averiguar denúncia da existência de cláusulas contratuais abusivas no contrato de prestação de serviços à pessoa idosa residente nas Instituições de Longa Permanência para idosos - ILPI's Investigado: Instituições De Longa Permanência. Local do Fato: Passo Fundo.

**O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00113/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar a prática do delito de poluição sonora decorrente do uso nocivo do imóvel localizado à Rua General Vitorino, nº302, Centro, nesta Cidade, praticado por Restaurante Capri, Alegrete/RS Investigado: Restaurante Capri. Local do Fato: Alegrete.

IC 00718.00089/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Everton Luís Resmini Meneses - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé com a finalidade de Objeto: Extração de recurso mineral (areia grossa), sem autorização do órgão ambiental competente.

Investigado: Luíz Felipe Marques Figueira.

Local: Bagé/RS.

IC 00718.00090/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Everton Luís Resmini Meneses - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada

de De Bagé com a finalidade de Objeto: extração do recurso mineral (areia grossa), sem autorização do órgão ambiental competente.

Investigado(s): Magno Cristiano Rodrigues Molina, Giliard Souza Silveira, Igor Rodrigo Gonçalves da Silva.

Local do Fato: Bagé.

IC 00745.00012/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa INVESTIGADOS - RIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, CNPJ 14.533.093/0001-24, localizada na Rua Dr.Hoofer nº 515, Centro, Barão/RS e RONCALI LUIZ RIVA, RG1043539442, CPF 452512740-68, residente na Rua Dr.Hoofer nº 515, Centro, Barão;

OBJETO: "apurar irregularidades em parcelamento do solo sem o devido licenciamento, com supressão de vegetação nativa e movimentação de solo em Área de Preservação Permanente, Barão,RS" Investigados: Riva Empreendimentos Imobiliários e Roncali Luiz Riva. Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 00802.00047/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Lajeado por Sérgio Da Fonseca Diefenbach - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Lajeado com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Gilberto Gaspar Constantin.

IC 00906.00005/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Sobradinho por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sobradinho com a finalidade de acompanhar a Criação do Plano Municipal de saneamento básico. Investigado: Município de Sobradinho - A Apurar. Local do Fato: Sobradinho.

IC 00915.00034/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí, cujo objeto de investigação consiste em verificar o funcionamento estabelecimento potencialmente poluidor sem as devidas autorizações ambientais, no endereço RS 786, km 6, n 14, Pólo Industrial, Imbé Investigado: Claudia De Souza Medeiros. Local do Fato: Imbé.

IC 00915.00035/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí, cujo objeto de investigação consiste em verificar o funcionamento estabelecimento potencialmente poluidor sem as devidas autorizações ambientais, no endereço RS 786, km 6, n 13, Pólo Industrial, Imbé Investigado: Nilton Luiz Brandalesi. Local do Fato: Imbé.

IC 00929.00038/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Veranópolis por Lucio Flavo Miotto - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Veranópolis com a finalidade de Objeto: atividade de bovinocultura leiteira e suinocultura, localizada em APP, sem licença do órgão ambiental competente Investigado: Adair Luciano Migon

Local: Linha Barão do Triunfo, Capela Santa Lucia, Fagundes Varela/RS.

IC 00949.00058/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Capão Da Canoa por Marcelo Araujo Simões - 3º Promotor De



Diário eletrônico do

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de novembro de 2015.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição nº 1795

Justiça Da Promotoria De Justiça De Capão Da Canoa com a finalidade de Averiguar a regularidade do empreendimento denominado Metalúrgica Escorpion, de responsabilidade de Marco Antônio ferreira Jornada Investigado: Marco Antonio Ferreira Jornada. Local do Fato: Capão Da Canoa.

**O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00748.00161/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adriana Karina Diesel Chesani - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de apurar irregularidades no descarte de feto em contrariedade ao estabelecido na resolução do CFM nº 1.773/2005 e RDC nº 306/-2004 da ANVISA.

PARTES: Hospital Pompéia (INVESTIGADO) e Adriana Rochele Monaretto Menegasso (REPRESENTANTE).

Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00815.00019/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo por Juliana Maria Giongo - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar condições de higiene e eventuais irregularidades na prestação do serviço de saúde no Hospital Municipal de Novo Hamburgo (Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo).

Investigado: Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo.

Local: NH Investigado: Fundação De Saúde Pública De Novo Hamburgo Fsnh. Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00815.00020/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo por Juliana Maria Giongo - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar condições de higiene e eventuais irregularidades junto à Farmácia Hospitalar do Hospital Municipal de Novo Hamburgo (Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo).

Investigado: Farmácia Hospitalar - Hospital Municipal de Novo Hamburgo (Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo).

Local: NH Investigado: Fundação De Saúde Pública De Novo Hamburgo Fsnh. Local do Fato: Novo Hamburgo.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 17 de Novembro de 2015.

**FABIANO DALLAZEN,**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.